# O Plano Diretor e a regionalização como ferramenta do planejamento de Campinas: uma análise da região do Jardim Campo Belo

*Ana Paula Mestre*

ana.mestre@yahoo.com.br

*Helena Rizzatti Fonseca*

helenarizzattifonseca@gmail.com

## Resumo

Nesse artigo nos propomos a questionar a malha territorial utilizada pelo Plano Diretor de 2006 de Campinas, com ênfase nas regionalizações por Macrozonas e Planos Locais de Gestão que dão base para a operacionalização do planejamento municipal e para a perspectiva de participação popular. Tal análise é feita a partir da região do Jardim Campo Belo: área periférica localizada no extremo sul da cidade e retrato do atual momento de periferização de Campinas. Buscamos expor os princípios que regeram as regionalizações do Plano e como essas divisões intra-urbanas se tornam um bloqueio da comunicação entre o lugar e a Prefeitura, situação que dificulta a possibilidade de uma gestão territorial compartilhada.

* * *

**PALAVRAS-CHAVE**: Campinas, urbanização, regionalização, informação, periferização.

## Introdução

Nossa questão de fundo é buscar compreender a situação periférica do Jardim Campo Belo, avaliando o peso das políticas urbanas no processo de expansão e fragmentação da região sul de Campinas-SP.

Nesse artigo questionamos a malha territorial proposta para fins de gestão urbana e como tal divisão submete a realização de plenárias locais de participação popular. Essa divisão parte das regionalizações do território municipal em Macrozonas e Planos Locais de Gestão (PLGs), regionalizações que se destacam para a ação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Campinas. Utilizamos para a análise diagnósticos do Plano Diretor de 2006 e dados primários levantados junto ao Centro Referencial de Assistência Social (CRAS) - Campo Belo, à Administração Regional - 6 e às Associações de Bairros do lugar.

Essas fontes são problematizadas com base na distinção de círculos de informações destinadas à produção e de círculos de informações banais, destinadas ao cotidiano e ao consumo. A primeira é manipulada por grandes empresas e pelo Estado e é, com frequência, normativa; ao passo que a segunda, ainda que também seja em larga medida manipulada pelas corporações da mídia e pelo Estado, é menos restrita e se capilariza no território (SILVA, 2001). Nesse universo de informações banais destacamos, nesse artigo, a produção dos Planos Diretores. São informações hierárquicas, que atingem verticalmente os lugares e, por isso, conforme Santos (2003), são *informações descendentes*. Mas entre as informações banais também se destaca uma pluralidade de meios e agentes (antigos e novos) que organizam informações mais destinadas à construção da cidadania e à produção de um sentido político-cultural. Trata-se de dinamismos mais arraigados ao lugar e constituiriam, segundo Santos (2003), *informações ascendentes*, produzidas e difundidas pelas Associações de Bairro neste estudo. Esses círculos de informação se misturam, trazem novos conteúdos ao espaço geográfico tornado campo de conflitos entre forças descendentes e ascendentes (FONSECA, 2009 e 2010).

Parece-nos central discutirmos os filtros que impedem a formulação de uma participação cidadã *consistente e permanente* no planejamento de Campinas. Acerca disso, questionamos a linguagem do plano diretor, demasiadamente técnica e burocratizante; o conservadorismo da mídia a serviço de interesses elitizantes; e as práticas clientelistas, corruptas por excelência. Podemos dizer que as políticas urbanas em Campinas elaboram *informações descendentes* que acabam por camuflar

as demandas territoriais urgentes e escamotear os mecanismos de especulação imobiliária e espoliação. Trata-se, como nos fala Chauí (1982), de *discursos instituídos.*

Abarcamos nessa proposição que, além das variáveis clássicas que expõem a fragmentação e a pobreza urbana, tais como: habitação precária e distante, rarefação dos equipamentos coletivos e mobilidade social deficiente (LOJKINE, 1997), a variável informação é um aspecto do desnudamento da periferia. A difusão das informações *fabricadas* pelo Estado se dá de maneira hierárquica, descendente. Com efeito, viver na periferia significa dispor de menos meios efetivos para atingir as fontes, os agentes de poder e ainda de se fazer ouvir (SANTOS, 1998).

A história territorial de Campinas acompanha as tendências da urbanização brasileira, cujo processo expõe o peso dos impulsos modernizantes para a dinâmica urbana dos mais pobres, uma vez que a defesa de um espaço mais justo esbarra nas lógicas de uma cidade *corporativa e fragmentada* (SOUZA, 2008). Nesta conjuntura, em que a urbanização é impulsionada por interesses corporativos, intensifica-se o fenômeno da periferização, reproduz-se o mecanismo da fragmentação e do empobrecimento das massas, principalmente nas grandes cidades brasileiras (SANTOS, 1990, 2005; CORRÊA, 2000).

Tal processo evidencia-se segundo análise dos usos do território campineiro. De acordo com Cano e Brandão (2002) as regiões Norte-Nordeste constituem o 'eixo da riqueza', abarcando apenas 32,9% da população vivendo em favelas e 12,9% da população ocupando áreas particulares, enquanto as regiões Sul-Sudoeste abrigam 54,2% e 72,9%, respectivamente, dessas populações. Consideramos, assim, que há as *zonas luminosas* e as *zonas opacas* da cidade, sendo a região Sul, onde se localiza o Jardim Campo Belo, uma das *zonas opacas* de Campinas. Nas palavras de Santos e Silveira (2001, p. 264),

> chamaremos espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações.

A cidade de Campinas, um dos nós das redes globais, revela-se um verdadeiro mosaico de periferias. Os impactos da produção e do consumo no Brasil, hoje mais espessos e acelerados na *região concentrada* (SANTOS & SILVEIRA, 2001), operam sobre as seletividades de um passado agrário-industrial, reproduzindo injustiças em

porções cada vez mais vastas do espaço.

As periferias expressam formas de uso do território historicamente assentadas em polarizações e privilégios. Sinônimo de luta, dirigimos nossa atenção à dinâmica do Jardim Campo Belo, retrato de um novo momento de periferização de Campinas. Localizado na porção que mais cresce da cidade, este pedaço opaco é alvo de um conjunto de investimentos ligados ao mercado aeroportuário, que, em grande medida, obedece a lógicas estranhas à região, pois as divisões sociais do trabalho (de cima) não se solidarizam às necessidades plurais daqueles que a habitam.

Esse tecido contínuo e heterogêneo sobreviveu e cresceu alheio aos projetos prioritários (saneamento básico, centros de saúde, transporte urbano) por mais de trinta anos, sendo que as demandas por regularização fundiária e bens de consumo coletivos só se avolumaram (MESTRE & SILVA, 2008). Na reestruturação prevista no primeiro projeto de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos, seria deslocado um montante de 4 mil famílias, um total aproximado de 16 mil pessoas. Com a mudança neste plano, anunciada em 2006, os habitantes dessa região ainda sofrem pela lenta execução das obras de infraestrutura. As mudanças correm paralelas ao projeto de reestruturação do aeroporto, que é um elemento pontual da rede urbana, pois acolhe ordens e autoriza usos seletivos.

A primeira expansão do aeroporto foi confirmada em 1975 e impactou pela primeira vez na urbanização da região Sul, pois essa norma paralisou a comercialização de lotes aprovados nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Muitos loteamentos não saíram do papel em decorrência da intenção da INFRAERO (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) em desapropriar alguns terrenos para a ampliação do Aeroporto Internacional. Com a desistência desse projeto no ano de 2006, a prefeitura inicia por partes a regularização da região do Campo Belo. A desvalorização e, também mais recentemente, as indenizações previstas pelo Plano Diretor de Viracopos, condicionaram novos e múltiplos usos à região. A apropriação desse espaço pelos mais pobres acrescentou mais habitantes, edificações improvisadas, comércios populares, colados às precárias infraestruturas públicas.

Nesse sentido, ao refletir sobre essas questões é fundamental mencionar que as políticas públicas apresentam pedacinhos de soluções, que fazem efeito diante das câmaras e dos conselhos nos dando a impressão de que as demandas sociais básicas estão sendo supridas (SANTOS, 2008). Longe disso, a pobreza urbana é mascarada, naturalizada e a justiça social torna-se inalcançável diante da orientação dos investimentos públicos destinados a uma modernização pontual e

conservadora.

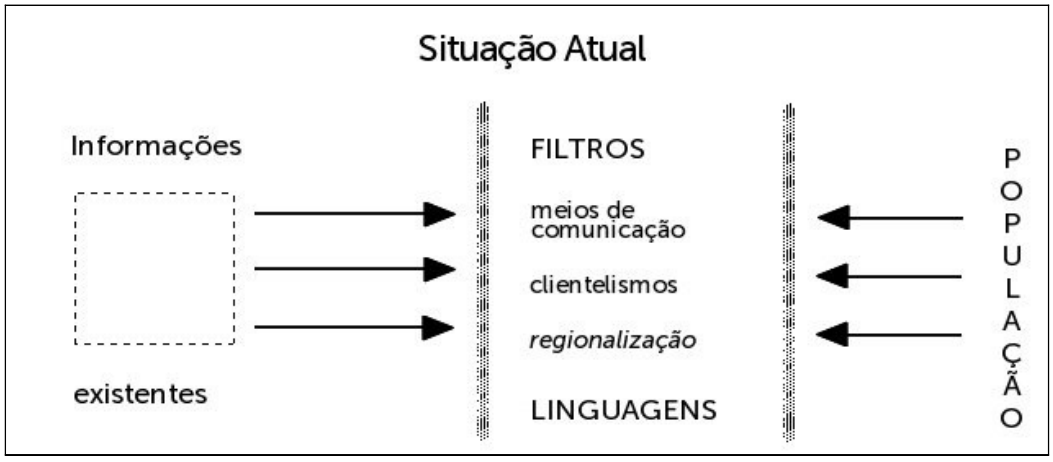
Entretanto, não devemos perder de vista que com a globalização, mesmo que o Estado e o mercado condicionem lógicas egoísticas às necessidades do conjunto, as cidades do mundo subdesenvolvido, como materialidade construída e dinamizada por seus agentes sociais como um todo, resistem à difusão completa das modernizações. Os mais pobres respondem ao tempo metódico, recriando formas arcaicas de trabalho (SANTOS, 1994a), conferindo novos usos às porções opacas e alojando-se nos interstícios das cidades espraiadas, cujo expansionismo, a priori, é reservado para atender aos interesses dos especuladores.

## Uma nota sobre os diagnósticos da cidade de Campinas: totalidade social comprometida?

Para o estudo dos Planos Diretores tomamos como base a análise de Souza (2000). Esboçamos alguns filtros que impedem a criação e o fluxo de informações necessárias ao exercício da cidadania. Além dos filtros trazidos pela autora, propomos a inclusão da *regionalização* como um elemento espacial desses bloqueios.

O diagrama 1 abaixo busca suspender os limites e ruídos da produção e da circulação de informações relativas à dinâmica urbana.

**Diagrama 1: Informação descendente: os filtros entre o Estado e a sociedade**




Fonte: Adaptado de Souza (2000, p. 223)

Segundo a autora:

> a falta de comunicação direta, especialmente entre os órgãos públicos e a população, tem como conseqüências: a existência de filtros muito fortes, com interesses particulares que acarretam fortes distorções nos fluxos de informações; geram-se imensas lacunas nos

> fluxos de informações: reivindicações esporádicas, lutas específicas dos movimentos populares, cujos processos são permanentemente interrompidos e todas as informações obtidas perdidas ou dispersadas; aumenta a sensação de distância entre a população, o cidadão e o poder público; aprofunda-se o processo de criação de uma dificuldade de mútua compreensão (SOUZA, 2000, p. 223).

As regionalizações "como processo intermediário entre os regionalismos e a afirmação da região, produzem ideologias, que buscam legitimidade ou autonomia para servir de emissoras ou de alvo para políticas específicas" (VAINER, 1995). É por isso que "regionalizar", como destaca Ribeiro (2004), não é apenas um ato técnico, envolve uma gama de ações e agentes manifestados historicamente por setores dominantes locais, governos e, hoje, empresas globais. Como instrumento técnico e político do Estado, a regionalização de Campinas assegura projetos hegemônicos, pois está a serviço das produções modernas e da produção de excedentes. A fluidez territorial, a concentração de investimentos e a separação dos melhores e dos "outros" pedaços da cidade desenham topologias isoladas (MESTRE, 2009).

Do mesmo modo, "os meios de comunicação de massa (a grande imprensa e as cadeias de TV) exercem um forte monopólio sobre a informação no país e as manipulam segundo interesses mercadológicos" (OLIVEIRA, 2005, p. 74), e se combinam ainda "aos interesses das classes dominantes, altamente eficazes para bloquear as esferas públicas das ações sociais e da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos sociais antagônicos" (CHAUÍ, 2000, p. 92).

Lançamos, porém, uma ressalva sobre o "silenciamento das massas" em torno das políticas territoriais. Há diálogos que surgem de "baixo para cima" e que fundam uma "comunicação direta" entre seus pares. A região do Campo Belo revela uma densidade comunicacional[1] que brota daqueles que vivem e não apenas circulam sobre o espaço, pois sua sobrevivência e seu futuro dependem de um estado de vigilância permanente. Os habitantes dessa porção periférica lutam por meio de associações de bairro e organizam-se para cobrar da Secretaria de Planejamento e da Administração Regional 6 seus pedidos, que se avolumaram rapidamente a partir da sua ocupação em 1997. Entendemos que essas experiências não podem ser ignoradas pelo governo municipal e que devem ser decifradas e conectadas ao planejamento territorial.

1 "A comunicação resulta das temporalidades diversas, múltiplas, que marcam a existência de cada um de nós. Quanto mais diversas as temporalidades práticas dos indivíduos, quanto mais diferentes eles forem, tanto maior a riqueza da produção de idéias sobre a vida num lugar" (SANTOS, 2008, p. 21).

## Regionalizações como ferramenta: os rebatimentos para o Jardim Campo Belo

Neste item propomos refletir sobre as regionalizações por Macrozonas e Planos Locais de Gestão criadas pelo poder público de Campinas para a elaboração do Plano Diretor de 2006.

O conceito de região, segundo Corrêa (1991), foi largamente empregado no planejamento: ora para fins de ação e controle, ora como unidades territoriais básicas de desenvolvimento aplicado (regiões de planejamento), ora travestidos por demarcações naturais (bacias hidrográficas).

Isso porque o discurso ambiental emerge, na metade do século XX, como um novo paradigma para o planejamento; aparece nos projetos sociais desqualificando os discursos clássicos da questão urbana-regional que giravam em torno da apropriação da natureza pelo homem, onde "a natureza era hostil se permanecesse natural, útil se fosse submissa" (TOPALOV, 1997, p. 36). Foi a absorção da questão ambiental nos processos de planejamento que embasou a formulação da primeira regionalização do Plano Diretor de Campinas em 1991. São *"regiões no papel"*, coesões identitárias hipotéticas, de que fala Vainer (1995).

A atuação dos especuladores imobiliários em Campinas revela uma apropriação hegemônica do espaço. Miranda (2002, p. 5-6) nos auxilia nessa discussão afirmando que determinados agentes em Campinas subjugam as lógicas de fragmentação da cidade através:

a) da existência de fortes relações entre a dinâmica da "máquina de crescimento urbano" e redes de "poder local";

b) da existência de práticas clientelistas na gestão do território, aliada ao funcionamento de um circuito imobiliário especulativo;

c) da existência de processos de gestão do espaço que privilegiam uma visão físico-territorial e suas relações mercantilistas;

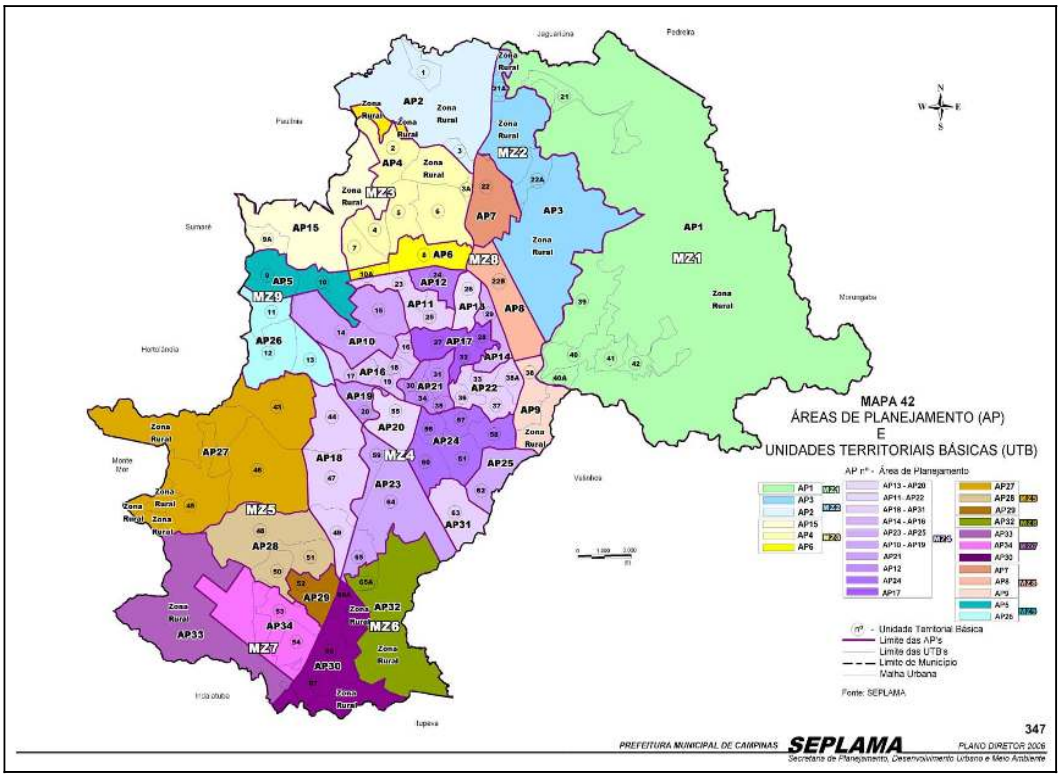
d) da existência de um "enfoque ambientalista" restrito aos atributos "naturais" do lugar, tendo como uma de suas consequências uma visão elitista de pertencimento a esse patrimônio;

e) do predomínio de uma visão do espaço como um "campo de atuação exclusivo das elites" e, portanto, pouco permeável a uma participação plural e democrática da sociedade.

Segundo seção II do atual Plano Diretor de Campinas, a sociedade organizada (os movimentos sociais e as associações de bairros) podem se manifestar por meio

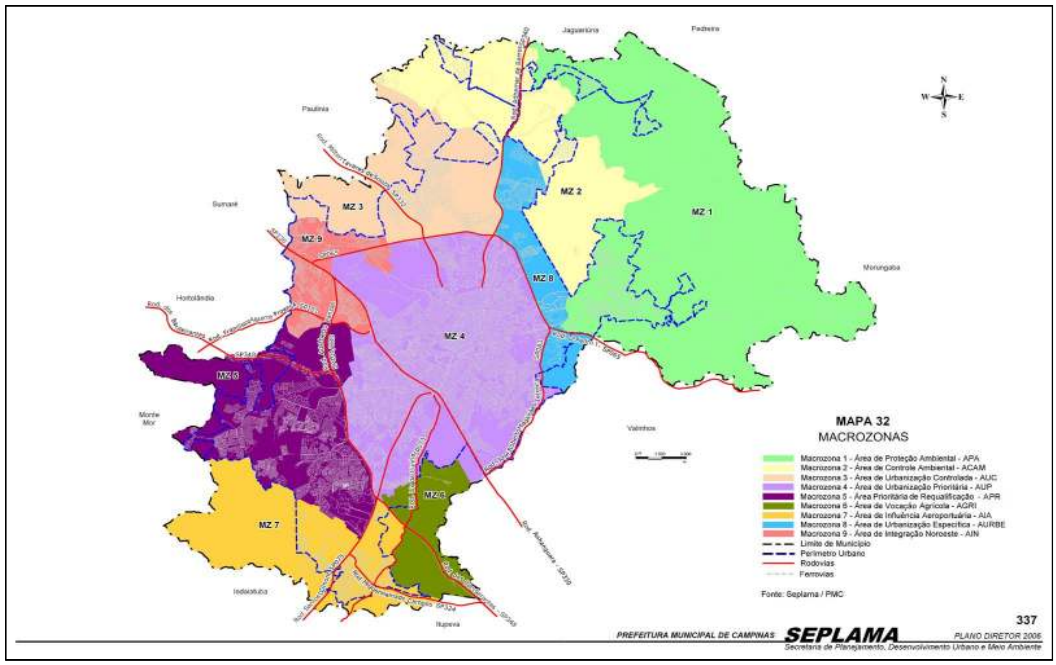
dos *Planos Locais de Gestão*, que se substancializam através de reuniões estabelecidas em cada macrozona (previamente delimitadas pelo Plano Diretor). Para o ordenamento territorial, as 09 (nove) Macrozonas são divididas em 34 (trinta e quatro) Áreas de Planejamento – APs, e 77 (setenta e sete) Unidades Territoriais Básicas (UTBs), constituindo recortes espaciais delimitados em "função da dinâmica de estruturação territorial". Nos mapas abaixo podemos observar essas divisões do território da cidade.

**Mapa 1 – UTB´s e Áreas de Planejamento de Campinas**




Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2006.

**Mapa 2 – A divisão da cidade de Campinas por macrozonas**




Fonte: PMC - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2006.

Em documento[2] da Prefeitura de Campinas estão descritas as diretrizes norteadoras da divisão da cidade nas atuais macrozonas: "o macrozoneamento é uma divisão do município que considerou as características físico-territoriais ambientais e urbanísticas de cada região (divisores de água, barreiras físicas)". A macrozona 7 é denominada 'Área de Influência Aeroportuária' (AIA) e comporta as seguintes diretrizes para seu planejamento:

a) envolve a área do Aeroporto Internacional de Viracopos, além dos bairros do seu entorno;

b) está sujeita aos impactos das operações urbanas;

c) apresenta parte rural produtiva;

d) o sistema viário é escasso e descontínuo;

e) a infraestrutura urbana é precária (baixo potencial de expansão do abastecimento de água);

f) há restrições ambientais: dificuldade de captação e esgotamento de água na bacia do Rio Capivari – Mirim;

g) fragilidades do solo e remanescentes de vegetação nativa.

Nessas observações nota-se claramente o esquecimento do cidadão em prol

2 Trata-se de apresentações disponibilizadas no site da prefeitura que foram utilizadas especificamente pelos técnicos e especialistas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

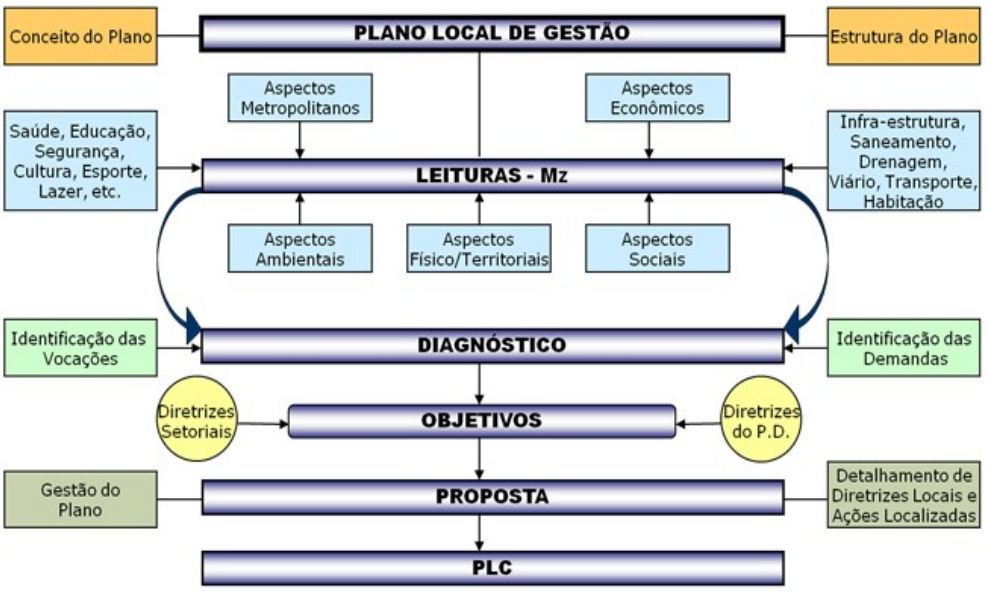
das corporações, afinal estas usufruem mais desse macrossitema de transporte em relação aos moradores do seu entorno; e a questão ambiental ganha destaque, como ocorre na descrição de todas as outras macrozonas. Essa regionalização por *macrozonas* condiciona os diagnósticos sobre a cidade de Campinas.

As finalidades dos Planos Locais de Gestão, segundo o Plano Diretor de 2006, são:

> I – adequar os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo às condições ambientais, urbanísticas e sócio–econômicas;
>
> II – detalhar as políticas setoriais, com a participação direta dos órgãos ligados à sua execução, de modo a garantir políticas e intervenções adequadas e compatíveis com o desenvolvimento integral do Município;
>
> III – definir as diretrizes viárias e de preservação e recuperação ambiental.

Esses Planos Locais de Gestão estão subordinados a uma pauta das reuniões que é decidida (de cima para baixo), o calendário é organizado pelo poder público e os bairros onde ocorrem essas reuniões são agregados segundo variável (ambiental), que não revela os diferentes usos de Campinas. Verificamos através do organograma abaixo, a estrutura dos Planos Locais de Gestão:

**Organograma 1: Medir para refletir? O funcionamento dos Planos Locais de Gestão - PLG**




Fonte: PMC, 2009.

Essa nos parece, assim, uma estruturação que restringe o diálogo entre os pares da periferia de Campinas. A população do Parque Oziel[3], por exemplo, participa das reuniões do Plano Local de Gestão da Macrozona 4, por isso não consegue se articular com as reuniões da Macrozona 7, do Campo Belo, embora apresentem um conjunto de interesses afins, relativos à regularização de favelas e obras de infraestrutura, e sejam geometricamente próximas.

Segundo Souza (2006, p. 242),

> a natureza da malha territorial adotada para fins de implementação do processo de participação popular no planejamento e/ou na gestão deve ser vista como um dos mais importantes indicadores de consistência participativa. A esse respeito, a primeira pergunta à qual cabe responder é: a territorialidade do processo, é, ela própria participativa? Ou seja: os cidadãos tomaram e tomam parte das decisões sobre a definição das unidades territoriais que servirão de referência para sua participação?

É por isso que questionamos os canais de participação popular previstos pelo Plano Diretor. Criar canais de consulta pública não significa combater e eliminar os filtros existentes entre os órgãos públicos e a população campineira, nem tampouco enfrentar suas iniquidades sociais. A região do Campo Belo expressa bem essa tendência, pois apesar da opacidade e dos conflitos, os diagnósticos do poder público insistem em potencializar sua fragilidade ambiental, prevê cortes e restrições aos usos da porção sul, e frente às demandas territoriais lamentam pela lentidão das obras e pela carência de dados sobre a região, em virtude da dinâmica social e da complexidade dos interesses envolvidos.

Além dos recortes territoriais, dos discursos dos especialistas a serviço de métodos que beneficiam interesses seletivos, preocupa-nos contrapor modelos reducionistas e tecnocráticos. Segundo Souza (1992, p. 45) “cada cidadão deve ter uma concepção dos planos diretores, é inadmissível um cidadão elaborar o plano do outro”.

Os planos de ordenamento territorial devem ser entendidos como um “recorte técnico resultante de um complexo processo político e de informações que traduzam da maneira mais clara, objetiva e real possível, os anseios da comunidade *permanentemente*”, como nos coloca Souza (1992, p. 42, grifo nosso).

---

3 Essa região se localiza a cinco quilômetros do centro da cidade e foi loteada na década de 1980, entretanto devido a não ocupação da área suas terras foram 'invadidas' com o auxílio do Movimento dos Sem Teto (MTST), no final de 1996. Hoje, vivem na região cerca de 30 mil pessoas e esse adensamento populacional só foi possível através de constantes lutas realizadas pelos seus moradores. (FONSECA, 2010).

Acerca disso, o desafio é de criar uma *regionalização democrática*, baseada no conflito, no exercício da política, pois como nos fala Ribeiro (2004, p. 202):

> a regionalização representa para os atores sociais uma indispensável informação nas relações sócio-espaciais diárias, na medida em que os atos cotidianos reiteram ou questionam a configuração dos lugares, uma condição estratégica na resistência à forma social dominante, na construção de alianças políticas e em lutas por recursos territorializados

Nessa proposta de regionalização, rompe-se com o pragmatismo e com a dicotomia da sociedade versus espaço, onde "os planos e o planejadores são os sujeitos e o espaço de intervenção é o objeto" (MORAES, 2005, p. 148). Nos dizeres de Silva (2000, p. 10) "comunicar a informação é ir além do ver. Implica em modificar o significante e o significado. A comunicação apreendida é a comunicação da qual se fez a leitura que mobiliza a abstração em direção à idéia nova".

Dessa forma, a superação dos filtros do planejamento esbarra na divulgação dos dados fiéis a realidade, na linguagem técnica dos planos e na cartografia que não proporciona o conflito. Quanto a isso, a ausência de dados da região do Jardim Campo Belo pelo poder público, por exemplo, não se sustenta, pois os fixos públicos da região implantados desde antes da ocupação, em 1997, já são portadores de informação devido aos seus bancos de dados, como as escolas e postos de saúde (MESTRE, 2009; FONSECA, 2010).

Estamos, então, diante de uma *invisibilidade planejada*, que interfere na compreensão dos diferentes usos do território e na busca pela cidadania (MESTRE, 2009). Como nos diz Santos (2008, p. 20), "o território é certamente um dos elementos fundamentais do entendimento da pobreza e do entendimento da economia urbana".

## Considerações finais

O processo de periferização em Campinas revela-se resultado de um traço marcante da urbanização brasileira. Contestamos a concepção de que os problemas sociais se devem a uma ausência de planejamento, pois evidenciamos que as inúmeras políticas urbanas existentes conduzem a uma escassez que é, na verdade, planejada, reforçando usos do território restritivos e hierárquicos. Conforme Santos (1994b, p. 118) "a partir de uma economia política da cidade podemos entender como a cidade se organiza, e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade".

Com base nessa análise espacial, queremos dizer que o planejamento em Campinas hesita em buscar uma agenda de ações compartilhada com seus habitantes, pois essa "escuta precisa ser acompanhada de uma leitura de gestos" nos diz Ribeiro (2005, p. 99). Nos cabe recuperar que "planejar significa fazer fluir uma informação, comprometendo um tempo futuro" (SOUZA, 1992, p. 46).

Problematizamos, assim, que os novos planos urbanos dessa cidade espraiada e fragmentada continuam atrelados às estratégias corporativas, reforçando círculos de cooperação hierárquicos nos lugares. As regionalizações por macrozonas (ferramenta dos recentes planos diretores) representam visões do espaço urbano setoriais a serviço de minorias, que se contrapõem às espoliações vividas pelos pobres em Campinas. Esse instrumento técnico também emite através de sua cartografia *informações descendentes* (SANTOS, 2003).

Entretanto, não podemos deixar de levar em consideração o balanço feito por Teixeira (2008, p. 6) dos vinte anos da democracia participativa brasileira, período em que a autora admite que houve um aumento do debate público e um alargamento da agenda pelos conselhos e conferências, mesmo enfatizando que a lista de desafios é enorme: há que se ampliar a representação das organizações que não se estruturam nacionalmente, suprimir as identidades corporativas de entidades e igrejas, vencer os vínculos partidários e eleitoreiros que trazem sua identidade, promover reformas do Estado, além de disponibilizar a *informação*.

Nossa análise sobre os rebatimentos do atual Plano Diretor na região do Campo Belo revela a intenção do Estado em atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e informação. Por isso, questionamos as novidades nos seus instrumentos. Os Planos Locais de Gestão como meios recém criados para fazer circular, de baixo para cima, as informações na escala intra-urbana de Campinas esbarram nos filtros criados para manipular as *informações descendentes e ascendentes* (SANTOS, 2003), além de serem insuficientes para mudar a concepção tecnocrática dos planos, porque o futuro de Campinas está preso ao ideário da modernização.

## Bibliografia


CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. *A Região Metropolitana de Campinas:* urbanização, economia, finanças e meio ambiente. v. 2. Campinas: Unicamp, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia.* O discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial.* São Paulo: Ática, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano.* São Paulo: Ática, 2000.

FONSECA, Helena. *Produção e difusão de Informações na cidade de Campinas:* formas de controle e de resistência. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica) - CNPq/PIBIC. Campinas: Unicamp, 2009.

FONSECA, Helena. *Produção e Difusão de Informações na cidade de Campinas:* um estudo da região do Jardim Campo Belo. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica) - FAPESP. Campinas: Unicamp, 2010.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana.* 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MESTRE, Ana Paula & SILVA, Adriana Bernardes. Globalização e fragmentação urbana: uma análise do processo de periferização na cidade de Campinas – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XV, 2008. *Anais...* São Paulo: AGB, 2008.

MESTRE, Ana Paula. 2009. *Os usos do território e as políticas urbanas:* o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IG/Unicamp. Campinas, 2009.

MIRANDA, Zoraide. 2002. *A incorporação de áreas rurais às cidades:* um estudo de Campinas, SP. (Doutorado em Economia). IE/Unicamp, Campinas, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas:* espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Anablume, 2005.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. A utopia do direito à cidade: possibilidades de superação da dicotomia favela-bairro no Rio de Janeiro. *GEOgraphia* (UFF), Niterói, v. VII, n° 14, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Subsídios para discussão do plano diretor.* Disponível [online] em: <www.campinas.sp.gov.br/seplama/planodiretor>. Campinas: PMC, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester. HAESBERT, Rogério; MOREIRA, Rui. *Brasil século XXI:* Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad/CNPq, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Cátia Antonia da et al. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada:* o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade.* O caso de são Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo:* globalização e o meio técnico-científico-informacional São Paulo: Hucitec, 1994b.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão.* 4. ed São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 10ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS. Milton. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. *Cadernos Metrópole,* nº19, p. 15-25, 2008.

SANTOS, Milton. & SILVEIRA, María Laura. *Brasil, território e sociedade no início do século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Adriana M. Bernardes. 2001. *A contemporaneidade de São Paulo:* Produção de informações e reorganização do território brasileiro. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH/USP. São Paulo, 2001.

SILVA, Armando C. A aparência, o ser e a forma (geografia e método). *GEOgraphia* (UFF) Niterói, Ano II, n. 3, 2000.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Sobre planos diretores: em busca da urbanidade. *Boletim Amazonense de Geografia.* p. 41-48. Manaus: AGB/Manaus, 1992.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Pedagogia cidadã e tecnologia da informação: um projeto piloto para a periferia Sul da cidade de São Paulo. In: *Repensando a experiência urbana da América Latina: Questões, Conceitos e Valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SOUZA, Maria Adélia A. *A metrópole e o futuro:* refletindo sobre Campinas. Campinas: Territorial, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora.* Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. Até onde vai a participação cidadã? *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ano 2, nº 7, 2008.

TOPALOV. Christian. Do Planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat? *Cadernos IPPUR*, Ano XI, n. 1 e 2. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1997.

VAINER, Carlos Bernardo. Regionalismos contemporâneos. In: AFFONSO, R. de B. A., SILVA, P. L. B. *A federação em perspectivas: ensaios selecionados*. São Paulo: Fundap, 1995.

## Sobre as autoras

*Ana Paula Mestre:* geógrafa pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e mestre em Geografia pela mesma instituição.

*Helena Rizzatti Fonseca:* graduanda em Geografia pela Unicamp e bolsista de iniciação científica da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

* * *

ABSTRACT

### Master Plan and regionalization as tools in the planning of Campinas: an analysis on the Jardim Campo Belo area

This paper intends to question the territorial network utilized by the 2006 Master Plan for Campinas, highlighting regionalization through Macrozones and Local Management Plans that provide the basis for the operationalization of municipal planning and for the prospect of public participation. This analysis is done within the area of Jardim Campo Belo: a peripheral area located in the southernmost part of the city and a portrait of the current moment of peripherization in Campinas. We look to expose the principles that guided the regionalizations in the Plan and the way in which these intra-urban divisions turned into a communication blockage between the area and the City Hall; a situation that hinders the possibility of shared territorial management.

**KEYWORDS:** Campinas, urbanization, regionalization, information, peripherization.

RESUMEN

### El Plan Director y la regionalización como herramienta del planificación de Campinas: un análisis de la región del Jardim Campo Belo

En este artículo nos proponemos cuestionar la malla territorial utilizada por el Plan Director de 2006 de la ciudad de Campinas, que puso énfasis en las regionalizaciones por Macrozonas y Planes Locales de Gestión que sostienen la operacionalización del planificación municipal y posibilitan la participación popular. Nuestro análisis de hizo desde la región del Jardim Campo Belo, área periférico ubicado en el extremo sur de la ciudad, y retrato del actual momento de periferización de Campinas. Procuramos exponer los principios que orientaron las regionalizaciones del Plan y cómo estas divisiones intraurbanas se convierten en un bloqueo entre el lugar y el ayuntamiento, situación que dificulta la posibilidad de una gestión territorial compartida.

**PALABRAS CLAVE:** Campinas, urbanización, regionalización, información, periferización.

**BCG**: http://agbcampinas.com.br/bcg

*Artigo recebido em outubro de 2010. Aprovado em dezembro de 2010.*